

Da responsabilidade social

Ninguém acredita mais na seriedade do Congresso nacional e de seus membros, deputados federais e senadores. E não vale mais a pena ressaltar os motivos públicos e amplamente divulgados pelos meios de comunicação que fazem desacreditar deles. Creio que até muitos deles sentem-se envergonhados para se apresentar como representantes do povo. Quero ver como o povo, pelo voto, nas eleições que se aproximam, vai proceder com a escolha dos seus futuros representantes. E quero ver também qual a proporção dos que não conseguirão voltar para continuar na mesma palhaçada que praticam.

Todavia, nem tudo está perdido e há deputados e senadores que fogem à regra e são uma exceção, pela sua conduta ética e valor intelectual. E, não se envolvendo no mar de lamas, sobressaem-se e preocupam-se com os problemas da Nação e com o que interessa, especificamente, à população carente. Exemplo disso foi o que se viu com a realização de um seminário intitulado “Fórum pela Inclusão Econômica Social: Por uma Lei de Responsabilidade Social”, no dia 6 de dezembro de 2005, na Câmara dos Deputados, com a participação de pessoas gradas e membros do Congresso nacional, tendo à frente o deputado cearense, Gonzaga Mota, presidente do “Fórum Parlamentar pela Inclusão Econômica e Social”. Imagina-se uma Lei de Responsabilidade Social, que defina metas sociais anuais e plurianuais que estabeleçam normas e políticas públicas voltadas para a responsabilidade social na gestão do Estado, implicando um compromisso maior dos gestores públicos dos três poderes, com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas e sociais.

Louvável a iniciativa do ilustre e honrado deputado cearense que fez chegar ao seminário palestrantes de maior valor, representando o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Confederação Nacional da Indústria, Tribunal de Contas da União, Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Vamos aguardar para ver como será essa Lei e que condições serão proporcionadas aos gestores públicos para sua aplicação. E principalmente de que meios poderá dispor para evitar o desvio de verbas para a prática de corrupções eleitoreiras, tão comuns por esse Brasil afora.

Mas o problema principal não está na existência de leis e sim, na honestidade de seus aplicadores. O que é preciso é procurar conscientizar os homens que exercem o poder público que ali se encontram não para tirar proveitos pessoais e sim, para agir honestamente na gestão da administração pública. E, para mim, nenhuma forma seria mais louvável e eficiente para se implantar a consciência de uma responsabilidade social, do que cada família de recursos passasse a adotar uma ou mais família carente, de acordo com suas posses, auxiliando-a no que efetivamente precisasse para sobreviver e educar os filhos.

/td>